

## DEFICIÊNCIA E SERVIÇO SOCIAL: O QUE DIZEM OS PERIÓDICOS?

DISABILITY AND SOCIAL WORK: WHAT DO THE JOURNALS SAY?

DISCAPACIDAD Y TRABAJO SOCIAL: ¿LO QUÉ DICEN LAS REVISTAS?

Agnes de Araújo Wolf <sup>1</sup>  
Thaís Kristosch Imperatori <sup>2</sup>

**Manuscrito recebido em:** 30 de abril de 2021.

**Aprovado em:** 22 de maio de 2021.

**Publicado em:** 07 de junho de 2021.

### Resumo

O Serviço Social, enquanto profissão interventiva na realidade social orientada para a garantia de direitos sociais, também atua na pesquisa e produção de conhecimento em diferentes áreas da política social. O presente trabalho visa analisar o entendimento do Serviço Social quanto à temática da deficiência em suas publicações periódicas. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica dividida nas seguintes etapas: levantamento de revistas com avaliação CAPES Qualis A1 e A2; identificação dos artigos que contenham no título, resumo ou palavra-chave o termo deficiência; sistematização dos dados; e, por fim, análise das produções para identificação das temáticas centrais sobre deficiência. Os resultados mostram que apenas 0,95% do total de artigos disponíveis nas revistas *online* tratam de deficiência e que a maioria dos autores são professores. Também foi identificado que o eixo temático mais pesquisado é o Benefício de Prestação Continuada (BPC) somando 42,42% das produções. Como principais conclusões estão a baixa produção sobre a deficiência no campo do Serviço Social e a centralidade dada ao BPC nos estudos sobre deficiência.

**Palavras-chave:** Deficiência; Publicações Periódicas; Serviço Social.

### Abstract

Social Work, as an interventionist profession in the social reality oriented towards guaranteeing social rights, also operates in research and knowledge production in different areas of social policy. This paper aims to analyze the Social Service's understanding of disability issues in its periodical publications. For this, a bibliographic search was carried out divided into the following steps: survey of journals with CAPES Qualis A1 and A2 evaluation; identification of articles that contain the term disability in the title, abstract or keyword; systematization of data; and, finally, analysis of the productions to identify the central themes on disability. The results show that only 0.95% of the total articles available in online magazines deal with disabilities and that the majority of authors are teachers. It was also identified that the most searched thematic axis is the Continuous Installment

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade de Brasília.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4045-0634>

Contato: [agnes.wolf33@gmail.com](mailto:agnes.wolf33@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília. Professora na Universidade de Brasília. Pesquisadora no Grupo Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4536-5698>

Contato: [thaisimperator@unb.br](mailto:thaisimperator@unb.br)

Benefit (BPC), accounting for 42.42% of productions. The main conclusions are the low production on disability in the field of Social Work and the centrality given to BPC in studies on disability.

**Keywords:** Disability; Periodical Publications; Social service.

### Resumen

El Trabajo Social, como profesión intervencionista en la realidad social orientada a garantizar los derechos sociales, también opera en la investigación y producción de conocimiento en diferentes áreas de la política social. Este artículo tiene como objetivo analizar la comprensión del Trabajo Social sobre el tema de la discapacidad en sus publicaciones periódicas. Para ello, se realizó una búsqueda bibliográfica dividida en los siguientes pasos: encuesta de revistas con evaluación CAPES Qualis A1 y A2; identificación de artículos que contengan el término discapacidad en el título, resumen o palabra clave; sistematización de datos; y, finalmente, análisis de las producciones para identificar los temas centrales sobre discapacidad. Los resultados muestran que solo el 0,95% del total de artículos disponibles en revistas online tratan sobre discapacidades y que la mayoría de los autores son profesores. También se identificó que el eje temático más buscado es el Beneficio de Cuota Continua (BPC), que representa el 42,42% de las producciones. Las principales conclusiones son la baja producción sobre discapacidad en el ámbito del Trabajo Social y la centralidad que se le da al BPC en los estudios sobre discapacidad.

**Palabras clave:** Discapacidad; Publicaciones periódicas; Servicio social.

### Introdução

O presente trabalho visa analisar o entendimento do Serviço Social quanto à temática da deficiência em suas publicações periódicas. Para tanto, reconhece o campo da pesquisa enquanto área de atuação dos assistentes sociais, assim como as possibilidades de intervenção profissional com pessoas com deficiência na garantia de acesso a diversas políticas, direitos, serviços e benefícios sociais.

Historicamente é possível traçar o caminho percorrido pelo Serviço Social brasileiro desde a influência moralizadora da Igreja Católica à profissão crítica e alinhada à defesa dos direitos humanos e da justiça social. Para fins dessa pesquisa, nos interessa buscar o período histórico-político em que o Serviço Social começou a produzir conhecimento, investir em pesquisas e ser propulsor de informação acadêmica sobre a realidade social.

Até os anos 1970, a atuação do Serviço Social estava direcionada especificamente ao fazer profissional de executor de políticas públicas diretamente com os usuários dos serviços. Foi a partir do processo de renovação da profissão, denominado por Netto (2010) por intenção de ruptura, que o Serviço Social desenvolveu suas competências no campo

de pesquisa e produção de conhecimentos acadêmicos. Tal movimento emerge da inserção dos cursos de Serviço Social em instituições universitárias no Brasil. As repercussões dos debates teóricos, metodológicos e éticos, porém, foram para além de seus muros e entraram em foros e organismos da categoria profissional.

A importância da efetiva inserção dos cursos de Serviço Social no circuito acadêmico – mais exatamente: a inscrição da formação (graduação e pós-graduação) do assistente social no âmbito universitário – foi avaliada por nós como um dos vetores significativos que intervieram de forma decisiva no processo de renovação da profissão no Brasil. (NETTO, 2010, p.249)

Com o movimento de intenção de ruptura, o Serviço Social entrou em contato com a teoria marxista de forma a influenciar toda a estrutura da profissão incluindo a temática da pesquisa, que passou a ser instrumento de trabalho essencial para o assistente social. Isso se institucionalizou em documentos legais da profissão como, por exemplo, o Código de Ética do Assistente Social de 1986, que reconheceu aos assistentes sociais “a mais ampla liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de pessoas ou grupos envolvidos em seus trabalhos” (CFESS, 1986, p.7).

A Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662/1993, dispõe como competências do assistente social: “Art. 4º [...] VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais”. Também constam as atribuições privativas de “Art. 5º[...] I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social” e “VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social”.

Por sua vez, o Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 (CFESS, 2011), atualmente em vigência, aprofunda o reconhecimento da pesquisa como ação profissional, sendo apresentados como deveres:

- “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses” (art. 5º, d);
- “informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados

obtidos” (art. 5º. e); e

- “mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as, a competência de planejar” (art. 10, c);

A pesquisa teve impacto significativo no desenvolvimento do Serviço Social contemporâneo por meio do entendimento de que:

diferente do fenômeno que se pode observar na imediatez, a essência de uma realidade só se revela após o ato investigativo que procura no mesmo processo identificar a estrutura da realidade concreta, não na sua manifestação fenomênica, mas pela identificação das múltiplas determinações que lhes são peculiares e que lhes dão sentido e força para existir em determinado tempo e sociedade. (SETUBAL, 2007, p.65)

Com isso, podemos perceber tamanha importância e influência que a pesquisa tem para a atuação e a formação profissional dos assistentes sociais. Foi por meio dela que a profissão pode repensar seus fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, assim como sua inserção no campo das políticas sociais.

Para além da compreensão da realidade, a pesquisa dentro do Serviço Social se desenvolveu como guia de ações e estratégias que possam responder com agilidade e qualidade às demandas institucionais e dos usuários de serviços, programas e projetos. De acordo com Yamamoto (2000, p.21) “as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las, transformando-as em projetos e frentes de trabalho”. Trata-se, nos termos de Silva (2007, p.293), de “um trabalho difícil – desde a disponibilidade de tempo até os imensos desafios para a formação da massa crítica –, mas, ao mesmo tempo, necessário para a requalificação dos assistentes sociais e para sobrevivência da profissão”.

A pesquisa torna-se imprescindível para a formação e a atuação profissional do Serviço Social no sentido de construção de uma postura investigativa na articulação entre teoria e prática.

A postura investigativa é necessária para descortinar as armadilhas da vida cotidiana, passo crucial e insubstituível para uma intervenção profissional crítica, propositiva e, portanto, não repetitiva. Sem este procedimento, o profissional de Serviço Social não exerce seu papel como sujeito histórico possível e, dessa forma, não coloca em movimento as possibilidades históricas de transformação inscritas na própria realidade. O profissional, então, é dragado pela dinâmica imediata do real, consumido pelas relações cotidianamente estabelecidas. Inviabiliza-se, assim, qualquer alternativa que possa contribuir com a sintonia entre a profissão e da intervenção profissional (guardados seus limites intrínsecos), e a emancipação humana. (SILVA, 2007, p.292)

Sabe-se que o ambiente universitário é propício e incentivado à realização de pesquisas por meio de grupos de pesquisa e editais de fomento financiados por diversas agências como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ligada ao Ministério da Educação. Diante disso, faz-se necessário evidenciar a importância desse conhecimento não ficar restrito à universidade, pois tanto o pesquisar quanto os resultados dessas pesquisas são de extrema importância para o cotidiano da profissão. É preciso “consolidar espaços que propiciem um diálogo permanente entre os centros de produção de conhecimento (incluindo a colaboração entre eles próprios) e os profissionais que atuam em diversos tipos de organizações” (SILVA, 2007, p.291).

O fato de buscar temas que sejam relevantes para o fazer profissional se firma no princípio de que a pesquisa deve partir de problemáticas reais e não se desenvolver de forma isolada ou como uma teorização longe da realidade. Ao contrário, a pesquisa deve ser capaz de reconstruir mediações e assim sintetizar como o universal se particulariza no singular e como esta singularidade se universaliza (SILVA, 2007). Temos assim o entrelaçar da teoria e da prática, caminhando juntas para possibilitar respostas qualificadas que darão suporte aos assistentes sociais que trabalham com as demandas que se apresentam no dia a dia.

## Percurso metodológico

A pesquisa teve o objetivo de analisar como a temática deficiência tem sido abordada em pesquisas no Serviço Social a partir da análise das publicações periódicas da área. Para a realização desse estudo, inicialmente foram definidas as publicações periódicas a serem analisadas. Baseou-se na metodologia adotada por Siqueira (2018), que pesquisou as tendências e perspectivas teórico-políticas presentes nas produções do Serviço Social sobre a política de Assistência Social entre 2005 e 2015.

Para garantir a qualidade das publicações analisadas foi utilizada a plataforma de Periódicos da CAPES ([www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)) e selecionados periódicos avaliados pelo CAPES Qualis como A1 e A2. Frente a este critério da pesquisa, as seguintes revistas foram objeto de análise: A1: Katálysis e Serviço Social & Sociedade; e A2: Argumentum, Em Pauta, Revista de Políticas Públicas, Revista SER Social e Textos e Contextos.

### Quadro 1 - Relação de revistas analisadas por vínculo institucional e ano de criação.

Revistas	Vínculo institucional da revista	Ano de criação
Argumentum	Programa Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	2009
Em Pauta	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UFRJ)	1993
Katálysis	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFCS)	1997
Revista de Políticas Públicas	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	1995
SER Social	Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB)	1998
Serviço Social & Sociedade	Editora Cortez	1979
Textos e Contextos	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)	2002

**Fonte:** Elaboração própria baseada em Siqueira (2018).

Nota-se que apenas uma revista está vinculada a uma editora privada, sendo todas as demais produzidas por Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e/ou em Política Social, confirmando a relevância da pesquisa no âmbito acadêmico. Sendo assim, entendemos que o ambiente universitário tem atuado na socialização de conhecimentos e

garantindo espaço e credibilidade na produção científica no campo do Serviço Social. É possível observar também que, entre as revistas vinculadas a Programa de Pós-Graduação, apenas a revista Textos e Contextos, da PUC-RS, advém de universidade privada. Todas as demais revistas estão vinculadas a universidades públicas federais.

A busca pelos artigos foi realizada a partir da disponibilidade em formato *online* e pela presença do termo “deficiência” no título, resumo ou palavras-chave dos artigos. No processo de levantamento dos dados foram encontradas 33 publicações compatíveis com o escopo do estudo, apresentadas no Quadro 2.

**Quadro 2** - Relação de artigos levantados para o estudo com identificação de revista, autoria e ano de publicação

Revista	Título	Autor	Ano
Argumentum	O que é incapacidade para a proteção social brasileira? O Benefício de Prestação Continuada e a deficiência	Wederson Santos	2010
Argumentum	Caminhos e perspectivas do associativismo das pessoas com deficiência no Distrito Federal	Thaís Kristosch Imperatori; Angela Vieira Neves	2019
Katálysis	Deficiência, autonomia e reconhecimento intersubjetivo no Sistema Nacional Integral de Cuidados	Sharon Carolina Díaz Fernández	2017
Katálysis	Análise dos modelos de avaliação de requerentes ao Benefício de Prestação Continuada: 2006 a 2012.	Miriam Cláudia Spada Bim; Manoela de Carvalho ; Neide Tiemí Murofuse	2015
Katálysis	Benefício de Prestação Continuada: perspectivas na avaliação médico-social	Alano do Carmo Macêdo; Lucia Conde de Oliveira	2015
Katálysis	Mínimo social e igualdade: deficiência, perícia e benefício assistencial na LOAS	Janaína Lima Penalva da Silval; Debora Diniz	2012
Katálysis	O que significa passar por um processo de reabilitação? Dimensões culturais e sociais nas experiências de adultos com deficiência motora na Grande Buenos Aires	María Pía Venturiello	2014

SER Social	Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência	Gildete Ferreira Adilson Vaz Cabral Filho	2013
SER Social	Representações e significados da deficiência nos livros didáticos de Ciências do PNLD 2007	Alessandra Santana Soares e Barros	2013
SER Social	Proteção Social à Pessoa com Deficiência so Brasil Pós-Constituint	Monica Senna	2013
SER Social	Deficiência e cuidado: por quê abordar gênero nessa relação?	Raquel Guimarães	2008
SER Social	Trajectoria histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social	Jaquelline Andrade Pereira; Joseana Maria Saraiva	2017
SER Social	Proteção Social à Pessoa com Deficiência no Brasil Pós-Constituinte	Luciana Zucco	2013
SER Social	Proteção social e atenção à pessoa com deficiência: comentários a um artigo	Aldaiza Sposati	2013
SER Social	Direitos humanos, invisibilidade e educação especial	Júlia Campos Clímaco	2010
SER Social	Suas, BPC e pessoas com deficiência: análise a partir de municípios fluminenses	Jacques SOCHACZEWSKI; Luzia Helena Galaxe de Lima Tavares	2013
SER Social	Proteção Social à Pessoa com Deficiência no Brasil Pós-Constituinte	Monica Senna	2013
SER Social	Deficiência e Políticas Sociais – entrevista com Colin Barnes	Débora Diniz	2013
SER Social	Resenha do livro "The new politics of disablement" (As novas políticas da deficiência) de Michael Oliver e Colin Barnes (Palgrave Macmillan, 2012)	Ana Carolina da Costa e Fonseca	2013
SER Social	Acessibilidade em ambientes culturais: explorando o potencial cidadão do Plano Nacional de Cultura	Lucas Graeff; Rosa Maria Castilhos Fernandes; Anajara Carbonell Closs	2013



SER Social	O Benefício de Prestação Continuada - BPC: desvendando suas contradições e significados	Maria Madalena Martins Barbosa; Maria Ozanira da Silva e Silva	2013
Serviço Social & Sociedade	Trabalhador com deficiência e Previdência Social	Alano do Carmo Macêdo ; Thaynah Barros de Araújo	2019
Serviço Social & Sociedade	Os impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas: estudo de caso em Aldeias Guaranis	Paulo Afonso de Araújo Quermes; Jucelina Alves de Carvalho	2013
Serviço Social & Sociedade	Benefício de Prestação Continuada e perícia médica previdenciária: limitações do processo	Miriam Cláudia Spada Biml; Neide Tiemi Murofuse	2014
Textos e contextos	Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea	Humberto Lippo	2013
Textos e contextos	Deficiência e mobilidade: uma análise da legislação brasileira sobre gratuidade no transporte público	Fátima Lauria Pires	2009
Textos e contextos	Diversidade corporal e perícia médica: novos contornos da deficiência para o Benefício de Prestação Continuada	Lívia Barbosa; Debora Diniz; Wederson Santos	2009
Textos e contextos	Gênero, maternidade e deficiência: representação da diversidade	Ivânia Welter; Sirlei Fávero Cetolin; Clarete Trzcinski; Simone Kelli Cetolin	2008
Textos e contextos	O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais	Idilia Fernandes	2006
Textos e contextos	A diversidade da condição humana e a deficiência do conhecimento: no convívio com as diferenças e as singularidades individuais	Idilia Fernandes	2006
Textos e contextos	A distribuição das transferências, público-alvo e cobertura do Benefício de Prestação Continuada	Marcelo Medeiros; Melchior Sawaya Neto; Fábio Henrique Granja e Barros	2009
Textos e contextos	O circuito familista na Política de Assistência Social	Wederson Rufino dos Santos	2017

Textos e contextos	Dialética dos Grupos na Perspectiva da Diversidade Humana e da Sociedade de Classes	Idília Fernandes	2017
--------------------	---	------------------	------

**Fonte:** Elaboração própria.

Após a o levantamento bibliográfico foi realizada a sistematização e análise dos dados a partir dos indicadores: a. ano de publicação do artigo; b. área de formação dos autores e seus vínculos institucionais; c. área temática dos estudos. Os dados apresentados neste artigo são um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade de Brasília defendido em 2020 com o mesmo título.

## Resultados e Discussão

A Tabela 1 apresenta o quantitativo de artigos analisados neste estudo por periódico.

**Tabela 1** – Distribuição dos artigos por periódico

Revista	Quantitativo de artigos sobre deficiência	%	Total de artigos disponíveis
Argumentum	2	6,06%	470
Em Pauta	0	0,00%	420
Katálysis	5	15,15%	649
Revista de Política Pública	0	0,00%	661
Revista SER Social	14	42,42%	396
Serviço Social & Sociedade	3	9,09%	342
Revista Textos e Contextos	9	27,27%	515
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100,00%</b>	<b>3453</b>

**Fonte:** Elaboração própria

Consideramos que o quantitativo de 33 artigos é um número baixo de publicações se compararmos com o total de artigos encontrados nos volumes das revistas disponibilizados de forma *online*, que é de 3453. Nota-se que as revistas Em Pauta e a Revista de Política Pública não possuem nenhuma publicação com a temática e a Revista SER Social apresenta 42,42% das publicações totais. Isso porque apresentou um dossiê

temático específico sobre Política Social e Deficiência no ano de 2013. A Tabela 2 apresenta o quantitativo de publicações por ano.

**Tabela 2** – Distribuição de artigos por ano de publicação

Ano de publicação	Quantitativo de artigos sobre deficiência	%
2003	1	3,03%
2006	2	6,06%
2008	2	6,06%
2009	4	12,12%
2010	2	6,06%
2012	1	3,03%
2013	11	33,33%
2014	2	6,06%
2015	2	6,06%
2017	4	12,12%
2019	2	6,06%
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que os artigos foram publicados principalmente nos anos 2009 (12,2%), 2013 (33,33%) e 2017 (12,12%). Consideramos que a promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pelo Brasil em 2009, pelo Decreto nº 6.949, estimulou a produção de pesquisas sobre a temática. Destaca-se ainda que em 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência, pela Lei nº 13.146.

Quanto aos indicadores de análise “área de formação dos autores e seus vínculos institucionais”, foi considerado o vínculo em que o autor se encontrava quando o artigo foi publicado, o que pode divergir do momento atual. Nos casos de artigos sem informações suficientes sobre os autores, foram buscados dados na plataforma Currículo Lattes, porém com o cuidado de se atentar para a data da publicação e da informação coletada, mantendo-se o vínculo profissional referente ao ano da publicação do artigo.

Identificou-se que muitos artigos foram elaborados em coautoria, ou seja, possuem mais de um autor. Temos no total 48 autores dentre os 33 artigos. Entretanto, um fato interessante é que 7 autores têm participação em mais de um artigo, o que mostra sua trajetória como pesquisadores de referência na área com produções e estudos contínuos.

Em relação a área de formação dos autores identificamos: Serviço Social, Enfermagem, Saúde Coletiva, Direito, Ciências Sociais, Sociologia, Odontologia e Psicologia. Assim, embora as revistas analisadas nesse estudo sejam bem qualificadas para a área de Serviço Social, não são restritas a essa área de formação. Isso mostra a necessidade de se pensar os estudos sobre deficiência de maneira interdisciplinar.

Os dados acerca do vínculo profissional dos autores estão sistematizados na Tabela 3. Cabe destacar que nenhuma publicação é de autoria de estudantes de graduação e cinco foram escritos com participação de discentes de pós-graduação, sendo três de mestrado e dois de doutorado.

**Tabela 3** - Distribuição dos artigos por vínculo profissional dos autores

Vínculo Profissional	Quantitativo	%
Mestrando	3	6,25%
Doutorando	2	4,16%
Servidor público – Tribunal de Contas da União (TCU)	2	4,16%
Servidor público – Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)	3	6,25%
Servidor público – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	1	2,08%
Servidor público - Universidade de Brasília (UnB)	1	2,08%
Pesquisador – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS)	5	10,41%
Psicóloga	1	2,08%
Bacharel Serviço Social	4	8,33%
Professor	26	54,16%
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria

Sabe-se que “o espaço acadêmico é considerado historicamente como o espaço de formação e construção do conhecimento científico” (SIQUEIRA, 2018, p. 140). Assim, é compreensível que a maioria dos autores seja professor de cursos superiores. Isso nos remete à importância do conhecimento produzido dentro dessas instituições de ensino ser socializado e divulgado aos profissionais que estão na atuação direta com os usuários dos serviços. Nesse sentido, é preciso frisar que as pesquisas desenvolvidas dentro do âmbito acadêmico se debruçam em temas atuais e relevantes para que assim sirvam como instrumento de trabalho para todos que lidam com a deficiência em seus cotidianos de trabalho, sejam eles assistentes sociais ou não. Isso perpassa o planejamento,

implementação, monitoramento e avaliação de diversas políticas sociais direcionadas ao público das pessoas com deficiência. Nas palavras de Silva (2007, p.292):

a pesquisa em nível de Serviço Social precisa perquirir temas pertinentes para esta profissão, para seus usuários e para os próprios assistentes sociais, utilizando a realidade como um necessário celeiro empírico que, por si só, não produz conhecimento. [...] deve se desenvolver nas universidades, articular-se com os diferentes espaços de inserção profissional (nas condições há pouco citadas) e, mais do que isso, deve ser um traço central do exercício profissional do assistente social independentemente de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho.

Cabe destacar que para além da busca por temas relevantes para as pesquisas, devemos defender o espaço universitário livre de cercamentos políticos e investidas pelo mercado financeiro, isso visto que, se transformarmos a pesquisa e o saber acadêmico em mercadoria, os compradores poderão escolher os temas a serem pesquisados, as abordagens teóricas e metodológicas, além de terem também poder para cada vez mais tornar o conhecimento privativo e exclusivo para uma pequena parcela da sociedade. Nos termos de Silva (2007, p.295),

combater a mercantilização da academia e das unidades educacionais e de fomento à pesquisa é tarefa necessária para a democracia e para a liberdade (no sentido real dessas terminologias). Mais do que isto, é condição básica para a consolidação da massa crítica e para uma formação profissional coerente com as atuais diretrizes curriculares do Serviço Social e com os imensos objetivos que se colocam para além desta profissão: a emancipação humana.

Outro ponto importante a ser levado em consideração é a produção por parte dos servidores do INSS com três autores da área. O INSS é o órgão responsável pela operacionalização e avaliação da deficiência para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>3</sup>, tema com maior volume de publicações. Tendo em vista que a realização de pesquisas não é priorizada como atribuição dos assistentes sociais nessa instituição, ela se torna em diversos campos de trabalho como uma tarefa a mais, que

---

<sup>3</sup> Trata-se de um benefício da política de assistência social instituído pela Lei nº 8.742/1993: “Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.” O Decreto nº 6.214/2007 regulamenta o BPC e institui a obrigatoriedade, no processo de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, de avaliação médica e social, a ser realizada respectivamente, pela perícia médica e pelo serviço social do INSS.

difícilmente será apoiada pela chefia. Isso significa que sua realização enfrenta diretamente a falta de tempo, excesso de demandas por atendimento, pouca disponibilidade de profissionais, sobrecarga de tarefas e ausência de recursos (MORAES,2010).

Por fim, para análise do indicador “área temática dos estudos”, foram elaborados os seguintes eixos temáticos considerando o tema central abordado por cada artigo.

1. **Benefício de Prestação Continuada:** trata principalmente de estudos sobre o processo de avaliação da deficiência, os critérios de análise biopsicossocial da deficiência e as alterações no deferimento de solicitações a este benefício após a avaliação social ter sido regulamentada. Além disso, tratam da implementação do benefício, apontando a focalização existente no BPC. Também se identificou um debate com direito a tréplica e uma resenha crítica.
2. **Política Social:** inclui um artigo que examinou a aposentadoria do trabalhador com deficiência segurado do Regime Geral de Previdência Social; a resenha do livro “Politics of disablement: a sociological approach” escrita por Michael Oliver e Colin Barnes; e também a entrevista concedida por Colin Barnes.
3. **Direitos Humanos:** Neste eixo temático estão os artigos que abordam os movimentos sociais, a construção de cidadania e a participação democrática das pessoas com deficiência; as abordagens de deficiência nos livros didáticos do ensino fundamental; a trajetória histórico social da população deficiente; a invisibilidade enfrentada pelas pessoas com deficiência e a educação especial; identidade, diferenças e diversidade da condição humana; e a relação entre diversidade humana e a sociedade de classes. Também foi classificado neste eixo um artigo estrangeiro sobre as condições de autonomia e reconhecimento para pessoas em situação de dependência mediada pela deficiência no marco do Sistema Nacional de Atenção Integral (SNIC) implantado no Uruguai.
4. **Cuidado, gênero e família:** engloba os artigos que tratam do cuidado da pessoa com deficiência, analisando a divisão de responsabilidades entre o Estado e as famílias. Também inclui a relação da mulher como figura unânime desse cuidado.

5. Acessibilidade: este eixo foi construído a partir dos artigos que trazem a discussão do direito à mobilidade; as políticas públicas voltadas para o acesso a cidadania e a cultura; e a uma construção de acessibilidade universal.

Estabelecidos os eixos temáticos podemos observar a quantidade de artigos por eixo na tabela 4:

**Tabela 4** - Distribuição de artigos por eixo temático

Eixo Temático	Quantidade	Representação em %
BPC	14	42,42%
Política Social	3	9,09%
Direitos Humanos	10	30,30%
Cuidado, Gênero e Família	3	9,09%
Acessibilidade	3	9,09%
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria

É possível verificar um grande volume de publicações sobre o BPC, o que pode estar diretamente relacionado com a histórica atuação do Serviço Social na política de assistência social no Brasil e, especialmente, à regulamentação da avaliação social para concessão desse benefício por meio do Decreto 6.214/2007. Existe também a denúncia de que é necessário fazer programas para capacitar os assistentes sociais lotados no INSS, assim como ampliar o debate sobre o modelo social da deficiência dentro da categoria profissional.

Os estudos publicados sobre esse benefício trazem, por um lado, relevantes debates sobre as políticas sociais brasileiras e os avanços da implementação do BPC na garantia de direitos, mas por lado, o processo de regressão de direitos e focalização, a exemplo do trecho a seguir:

a incorporação dos fatores contextuais (aspectos ambientais e sociais), na forma de avaliação atual, não tem sido relevante na alteração definitiva dos limites excludentes sob os quais está regulamentado o BPC, pois este não remete o requerente à contextualização das mudanças recentes no mundo do trabalho, a financeirização do capital e a mercantilização das políticas públicas, que ocasionam desemprego, precarização do trabalho, redução da proteção social e desesperança por uma vida digna. (BIM, MUROFUSE, 2014, p.362)

No que tange às demais publicações, pode-se identificar como central a importância da articulação dos movimentos sociais das pessoas com deficiência, para que elas próprias possam se expressar e propor políticas sociais que vão de fato impactar em suas vidas, reconhecendo seu protagonismo na luta por melhoria das condições de vida e acesso a direitos de cidadania. Nesse sentido, destaca-se o lema do movimento das pessoas com deficiência “Nada sobre nós sem nós”.

É também problematizada teoricamente a necessidade de desconstruir o modelo biomédico da deficiência, a exemplo da entrevista com Colin Barnes, uma das principais referências nos estudos sobre o modelo social da deficiência (DINIZ, 2013). Nesse sentido, cabe mencionar que um dos artigos examinados discorre sobre a importância de analisar as expressões de deficiência nos livros de ciência do ensino fundamental, pois essa abordagem influenciará a visão das crianças e o preconceito contra a pessoa com deficiência. Há também pesquisas que se debruçaram sobre o papel da família como cuidadora, em específico as mulheres, socialmente consideradas responsáveis pelo cuidado, e como elas se encontram sem proteção social. Outros artigos, de base mais teórica, buscaram aprofundar a temática da diversidade na trajetória social percorrida pelas pessoas com deficiência da exclusão à inclusão social, bem como questionando o padrão da normalidade.

Após feito esse balanço podemos constatar que a produção acadêmica de Serviço Social no campo da deficiência vem se dando de forma a confirmar o modelo social da deficiência e denunciar os campos onde o modelo biomédico ainda prevalece. É dada ênfase à temática do BPC, por meio da qual os assistentes sociais entram diretamente em contato com as precariedades das condições de vida de parcela significativa de pessoas com deficiência. Dados apresentados por Stopa (2019), mostram que são 4.549.478 brasileiros atendidos por este benefício, dos quais 2.527.257 são pessoas com deficiência e 2.022.221 idosos em situação de extrema pobreza, sem condições de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família



## Considerações finais

Apesar da pesquisa e da produção de conhecimento integrarem um movimento relativamente recente para o Serviço Social, elas são decisivas para a atuação dessa profissão na contemporaneidade, dado que “para penetrar no mundo das coisas, para entender, analisar e interpretar a realidade na sua riqueza complexa e na sua totalidade concreta, é necessário desenvolver um esforço intelectual capaz de apreender a essência na sua mediaticidade” (SETUBAL, 2007 p.65). Essa essência apenas se revela no processo de pesquisa. Sem o estudo aprofundado das mazelas dispostas no cotidiano de trabalho do Serviço Social, a profissão está fadada a mera execução de ações pontuais e imediatas.

Ao trazer para o centro a preocupação com a pesquisa, o Serviço Social reconhece a sua complexidade como profissão histórica, inserida e construída no movimento real da formação social capitalista. Procura não se contentar com a aparência da coisa, descobre caminho que conduzem à apreensão da essência da realidade e, com isso, justifica a razão do existir da teoria e da ciência. (SETUBAL, 2007, p.68)

O campo para realizar pesquisa no Serviço Social é extenso, pois os assistentes sociais atuam em diversas políticas sociais: saúde, educação, previdência e assistência social, sistema sociojurídico, entre outras. Urge a importância do incentivo à produção de conhecimento também fora da academia, para que os assuntos mais pungentes sejam colocados em pauta e a pesquisa possa ser incorporada à prática profissional. Assim, o assistente social poderá se reinventar, reconstruir e até construir um vir a ser para o Serviço Social, a partir da eliminação da consciência acomodada e até adormecida. (SETUBAL, 2007).

É preciso nutrir desde o início da graduação a importância da pesquisa dentro e fora da academia, a fim de que se fixe que o previsto nas Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social:

parte dos princípios da formação profissional possui a natureza investigativa, quais sejam: o princípio da apreensão crítica do processo social como totalidade; o princípio da investigação sobre a formação histórica e os processos sociais que conformam a sociedade brasileira; o princípio da necessária apreensão do significado social da profissão e, finalmente, o princípio da apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social, via mercado de trabalho, na perspectiva da formulação de respostas

profissionais, uma vez que se entende que é da conjunção entre rigor teórico-metodológico e análise da dinâmica societária que se poderá atribuir novo estatuto à dimensão técnico-operativa da profissão. (ABEPSS, 1996)

Em relação à pesquisa na temática da deficiência, o Serviço Social avançou no que tange aos debates sobre os modelos biomédico e social, pois todas as pesquisas encontradas se amparam modelo social, que “atribui as desvantagens experienciadas pelas pessoas com deficiência ao fato do ambiente social ser pouco sensível à diversidade corporal, o que devolve para o campo do justo a obrigação de reduzir essa desvantagem por meio de políticas que promovam a igualdade de participação” (PEREIRA, 2013, p.17).

A deficiência é sim campo de estudo e de pesquisa por parte do Serviço Social, atendendo requisitos básicos do Código de Ética profissional como a defesa dos direitos humanos, da democracia, da equidade e justiça social e a ampliação e consolidação da cidadania. A baixa quantidade de publicações e a recorrência da temática BPC mostram a necessidade de maiores reflexões por parte dos assistentes sociais sobre essas temáticas, especialmente partindo do cotidiano de trabalho.

## Referências

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, novembro de 1996. Disponível em [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em 15 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm). Acesso em 20 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em 20 abr. 2021.

BIM, Miriam; MUROFUSE, Neide Tiemi. Benefício de Prestação Continuada e perícia médica previdenciária: limitações do processo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 339-365, abr./jun. 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sLWc7qHXStqTp6yqYngnPrf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 abr. 2021.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética profissional do Assistente Social.** Aprovado em 09 de maio de 1986. Disponível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1986.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf). Acesso em 20 abr. 2021.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social e Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 9 ed. ver. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

DINIZ, Débora. Deficiência e Políticas Sociais. Entrevista com Colin Barnes. **SER Social**, v. 15, n. 32, p. 237-251, 2013. Disponível em [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/13043](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13043). Acesso em 24 abr. 2021.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. O trabalho do assistente social frente as mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social.** Módulo 1. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 2000.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Livia Barbosa. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Justiça: novos contornos das necessidades humanas para a proteção social dos países signatários.** Tese de doutorado em Política Social. Universidade de Brasília, 2013.

SETUBAL, Aglar Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 10, n. esp. P. 64-72, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. **Revista Textos e Contextos.** Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-297, jul./dez. 2007.

SIQUEIRA, Lúcio Willian Mota. **As produções do Serviço Social sobre a política de assistência: um balanço de revistas do Serviço Social de 2005 a 2015.** Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade de Brasília, 2018.

STOPA, Roberta. O direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada (BPC): o penoso caminho para o acesso. **Serv. Soc. Soc.** 135, 231-248, São Paulo, maio/ago. 2019.